

# **Identidade, pertencimento e memória nas narrativas de atores sociais em suas lutas pela moradia na RMBH<sup>1</sup>**

Clarissa dos Santos Veloso / UFMG

Junia Maria Ferrari de Lima / UFMG

Ana Cristina Soares / UFMG

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar narrativas de atores sociais em suas práticas de ativismo junto a movimentos sociais de luta por habitação sob a perspectiva da identidade, do pertencimento e da memória. Consideramos nas análises os processos de nomeação das ocupações urbanas, as formas como os movimentos e atores sociais constroem suas pautas e os discursos desses sujeitos sobre suas vivências nas lutas por moradia e outros direitos. As análises revelam que são mobilizadas pelos atores, em seus cotidianos e práticas de ativismo, questões que atravessam classe, gênero e raça de forma interseccional, bem como articulam dimensões da moradia associadas à preservação da natureza e às manifestações culturais e religiosas. Os dados analisados foram coletados durante a realização do Curso de Formação de Agentes Sociais pela Reforma Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (CFAS/RMBH), que aconteceu ao longo do segundo semestre de 2023. Parte integrante de um projeto que concilia pesquisa, ensino e extensão, o CFAS consiste em um ciclo de encontros gratuitos nos quais reforma urbana e direito à cidade, em suas variadas dimensões, são problematizados e debatidos. A partir de uma combinação de conhecimentos produzidos pela academia e pelos movimentos, o curso visa impulsionar a participação social, a transformação positiva nas comunidades periféricas e socialmente vulneráveis e as redes de apoio entre ativistas e suas pautas. Por isso, o CFAS é voltado para integrantes de movimentos, coletivos e entidades, entendendo que o agente social participante pode replicar os conhecimentos e experiências da formação em seu grupo de atuação. Na edição de 2023, trinta e um cursistas participaram dos sete encontros do CFAS, realizados de forma itinerante em territórios populares da RMBH. Nessas oportunidades, lançamos mão de observação participante para coleta de dados, com ênfase nos discursos e relatos de experiências, bem como de outras formas de registro, como gravação de vídeos e fotografias. Em adição, para compor nosso *corpus* empírico, realizamos entrevistas com os cursistas-ativistas para aprofundar a análise dos discursos e das práticas dos movimentos e de seus atores sociais.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; RMBH; habitação; memória; identidade

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

## Introdução

As narrativas de atores sociais em suas práticas de ativismo junto a movimentos de luta por habitação agregam pautas diversas para além do desafio de disputar moradia digna nas grandes cidades. Estar inserido no espaço urbano, direito garantido constitucionalmente, envolve prerrogativas como segurança alimentar, acesso a saúde, a educação, a mobilidade, a cultura e a oportunidades de emprego e renda. Também não é incomum nas manifestações de luta por moradia apelos por direito à participação, inclusão e acesso a bens e serviços públicos. Ou seja, esse histórico campo de disputa por habitação tem se sustentado em narrativas complexas e que refletem entendimentos coletivos, mas também individuais, em torno do significado de moradia (Mendonça *et al*, 2022; Veloso *et al*, 2023). Neste trabalho, interessa-nos identificar e analisar, em algumas narrativas de atores sociais atuantes nos movimentos de luta por moradia em Belo Horizonte, elementos individuais e coletivos que evidenciam camadas relativas à identidade, pertencimento e memória.

As questões de identidade permeiam o campo de estudos dos movimentos sociais na medida em que, frequentemente, a mobilização de um grupo se vincula à construção de uma identidade coletiva ou de sentimentos de solidariedade (Tarrow, 2009), como partes essenciais de um propósito comum. Senso de pertencimento, por sua vez, é um fenômeno real que pode ser apresentado, de modo sucinto, como “a percepção de fazer parte de um grupo social” (Viana, 2020, p.2). Já memória, em sua variante individual, diz respeito ao conjunto de lembranças gravadas na mente humana e recortadas de acordo com as necessidades e mecanismos de seleção gerados por ela. A memória coletiva, que nos interessa particularmente para os fins deste texto, aponta para registros de classes e grupos sociais. Para Schmidt e Mahfoud (1993), a memória individual é resultado da convergência de distintas influências sociais, conectadas de modo particular. A memória coletiva seria, por sua parte, uma espécie de acervo de lembranças articuladas e localizadas por um grupo social e cuja construção está ancorada nas experiências desses indivíduos.

As narrativas analisadas foram coletadas durante a realização do Curso de Formação de Agentes Sociais pela Reforma Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (CFAS - RMBH), que aconteceu ao longo do segundo semestre de 2023.

Parte integrante de um projeto que concilia pesquisa, ensino e extensão<sup>2</sup>, o CFAS consiste em um ciclo de encontros gratuitos nos quais os temas da reforma urbana e do direito à cidade, em suas variadas dimensões, são problematizados e debatidos. A partir de uma combinação entre os conhecimentos produzidos na academia e pelos movimentos sociais, os temas de interesse que vão orientar as discussões são decididos e facilitadores são convidados a compartilhar suas experiências com a turma de cursistas. Nesses encontros, todos os presentes são instigados a expressar suas visões e dar seus relatos ao grupo, constituindo um rico acervo de narrativas sobre diversos os temas. O Curso visa, desse modo, impulsionar a participação social, a transformação positiva nas comunidades periféricas e socialmente vulneráveis, bem como criar ou fortalecer redes de apoio entre ativistas. Por isso, o CFAS é voltado para integrantes de movimentos, coletivos e entidades, entendendo que o agente social participante pode replicar os conhecimentos e experiências do Curso em seu grupo de atuação.

Na edição de 2023, trinta e um cursistas participaram dos sete encontros do CFAS, realizados de forma itinerante em territórios populares da RMBH. Nessas oportunidades, lançamos mão de observação participante para coleta de dados, com ênfase nos discursos e relatos de experiências, bem como de outras formas de registro, como fotografias e gravação de vídeos e áudios.

Consideramos nas análises deste trabalho os processos de nomeação de ocupações urbanas e relatos sobre elas, as formas como os movimentos e atores sociais apresentam suas pautas e os discursos desses sujeitos sobre suas vivências nas lutas por moradia e outros direitos. As análises revelam que são mobilizadas pelos atores, em seus cotidianos e práticas de ativismo, questões que atravessam as temáticas de classe, gênero e raça de forma interseccional, bem como articulam a moradia a outras dimensões do direito à cidade.

Este *paper* está organizado em três partes, além desta introdução. Na primeira, apresentamos o CFAS e sua dinâmica de realização. Em seguida, trazemos noções de identidade, pertencimento e memória em interlocução com as narrativas e práticas de cursistas-ativistas. Por fim, algumas considerações finais sintetizam as análises e propõem reflexões para próximos avanços.

---

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

## O CFAS na RMBH: estrutura do Curso e síntese da edição de 2023

O objetivo desta seção é apresentar o CFAS e sua dinâmica de realização, com ênfase na edição realizada em 2023, cujos encontros foram circunstância para coleta dos dados analisados mais adiante neste artigo. O CFAS integra três etapas subsequentes sendo que antes e depois dos encontros do Curso realizamos, respectivamente, suas fases preparatória e conclusiva. Nossa equipe é formada por professores da Escola de Arquitetura da UFMG, bolsistas de extensão e pesquisa, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo que se voluntariam e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). À dimensão extensionista do Curso de Formação está vinculado o projeto de pesquisa “Novas práticas sociais na RMBH: políticas públicas, redes e direito à cidade”, financiado pelo CNPq. Nesta pesquisa buscamos identificar, sistematizar e analisar transformações das demandas das lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade e práticas sociais em territórios populares da RMBH a partir dos desafios emergentes e das consequentes formas de ação de movimentos sociais, associações e coletivos. Este artigo, portanto, integra os esforços desse projeto de investigação em curso.

Os preparativos para a realização da segunda edição do CFAS RMBH aconteceram entre março e julho de 2023. De início, nos reunimos para compartilhar informações e ideias sobre o projeto, possibilitando aos integrantes novatos se familiarizar com os trabalhos em andamento. Em seguida, tratamos dos processos de mobilização e de contato com movimentos sociais a fim de discutir os da próxima edição do CFAS, bem como de pensar possíveis estratégias e cronogramas de atividades – por exemplo, a fase de estruturação do curso, os períodos de divulgação e de inscrições, as visitas aos territórios periféricos para os encontros e suas datas. Delinear onde realizar os encontros do curso e quais temas neles abordar foi uma tarefa realizada a partir de duas frentes. Conversas online com representantes e lideranças de movimentos sociais se somaram à coleta de sugestões e ideias dos participantes da primeira edição do curso via *Google Forms*.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Em síntese, as seguintes temáticas de interesse, na forma como estão aqui registradas, foram apontadas: lixo, meio ambiente e sustentabilidade; risco socioambiental; segurança alimentar e agricultura urbana; comunidades tradicionais e quilombolas; controle social e participação social; mulheres e feminismos na luta pelo direito à cidade; gênero e raça; habitação; transporte coletivo e seus arranjos na RMBH; cultura e patrimônio cultural; plano diretor de Belo Horizonte; direitos humanos; violência doméstica; assentamentos e ocupações, com ênfase nas políticas públicas para regularização e nas realidades socioeconômicas.

Além de temas, discutimos as metodologias dos encontros do curso – que variaram entre palestras, oficinas práticas e dinâmicas em grupo – e potenciais organizações da RMBH que, além do interesse de hospedar encontros, dispunham da infraestrutura para viabilizá-los. São principalmente sedes de associações, projetos sociais, ocupações e entidades que têm como cerne as ações coletivas organizadas pela sociedade civil. Suas localizações na metrópole variam. São, via de regra, territórios situados fora do centro geográfico da cidade, ou seja, na periferia urbana, tendo em comum a distância em relação ao centro simbólico de paisagem, de poder e de concentração do capital na cidade.

Após a estruturação do Curso, com temas e lugares dos encontros delineados, iniciamos o seu período de divulgação. Na etapa de manifestação de interesse, recebemos 160 respostas ao formulário disponibilizado online. Desse total, para preenchimento das vagas disponíveis, sorteamos 60 pessoas, sendo elas, necessariamente, integrantes de alguma entidade ou movimento social. Adotamos como critérios a paridade de gênero e a idade, a fim de incluir potenciais lideranças mais jovens e em formação. Antes do início do Curso, que aconteceu no final de agosto, contatamos facilitadores e facilitadoras para colaborar nos encontros programados e compartilhar seus conhecimentos teóricos e experiências práticas de acordo com as temáticas de cada dia.

Os encontros da segunda edição do Curso foram realizados entre os meses de agosto e outubro de 2023 e contaram com infraestrutura de transporte e alimentação para os cursistas<sup>4</sup>. A programação foi distribuída em sete encontros, com carga horária total de 48 horas, com os seguintes títulos:

1. A cidade na periferia do capitalismo;
2. Experiências de luta pela reforma urbana e a política habitacional na RMBH;
3. Segurança alimentar, produção urbana de alimentos e agroecologia;
4. Transição ecológica, risco socioambiental e gestão do lixo urbano;
5. Participação popular e controle social a partir do plano diretor de Belo Horizonte;
6. Regularização fundiária em territórios tradicionais e outras formas de permanência além da propriedade privada; e

---

<sup>4</sup> Contamos, até 2023, com recursos advindos de edital da União Europeia, conquistado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana em parceria com o INCT/CNPq Observatório das Metrôpoles, para custear refeições e deslocamentos de inscritos e colaboradores do CFAS. Agradecemos aos parceiros do CFAS pelo apoio!

## 7. Síntese da Experiência e Confraternização.

Os conteúdos selecionados para cada encontro abordaram suas temáticas do ponto de vista teórico-conceitual e sua vinculação com políticas públicas, o que articulamos diretamente às problemáticas e às vivências e experiências nos territórios da RMBH.

Um fator preponderante para a ampliação e o aprofundamento das percepções e das dimensões sobre a região metropolitana é o caráter itinerante do CFAS. A itinerância dos encontros pela região metropolitana da capital mineira buscou aproximar a discussão da vivência nos territórios e de seus desafios cotidianos. Os lugares dos encontros foram visitados pela equipe com dois objetivos principais. Primeiro, para verificar a disponibilidade de espaço coberto e suficiente para acomodar as pessoas, entre participantes, facilitadores e equipe operacional, e para executar nossas atividades aos sábados, durante manhã e tarde. Segundo, ao conversar com representantes das diversas organizações que nos receberam – entidades associativas, projetos sociais, ocupações, etc. – estabelecemos conexões entre os temas do Curso e as mais recentes questões em jogo naqueles territórios. A intenção era conciliar interesses e fomentar debates entre aqueles que estão inscritos no Curso, mas também entre as pessoas que eventualmente participam do encontro sediado em suas comunidades<sup>5</sup>.

Em todas as localidades que receberam esses encontros, os anfitriões das organizações que os sediaram puderam compartilhar com cursistas, estudantes e demais presentes, a origem de suas comunidades, os desafios enfrentados para sua consolidação, as formas de organização e mobilização local, os projetos em andamento, o cotidiano de seus moradores e integrantes, além de contextualizar sobre a atualidade em suas dimensões locais, regionais e globais. O mapa abaixo mostra onde foram realizados os encontros do Curso.

---

<sup>5</sup> O encontro sobre segurança alimentar, produção urbana de alimentos e agroecologia foi realizado em escola pública onde, à época, estava em andamento um projeto de horta cujo objetivo principal é fornecer vegetais e hortaliças para a merenda escolar dos estudantes. A realização de um encontro sobre esse tema originou-se tanto da manifestação de interesse por parte dos movimentos e coletivos quanto da experiência da primeira edição do CFAS.

**Figura 1:** Mapa dos locais de encontros do II CFAS na RMBH.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Do grupo de 52 selecionados, 31 pessoas efetivamente participaram do curso, com mais de 50% de frequência nos encontros. Dos 31 participantes, 36% se declararam pretos ou pretas, 36% pardos ou pardas, 19% brancos ou brancas e 6% indígenas. A composição em relação ao gênero foi predominantemente de mulheres, representando 55% dos cursistas. Do total de inscritos, 29% possuíam graduação completa, 26% graduação incompleta, 16% pós graduação completa, 13% ensino médio completo, 7% ensino médio incompleto e 6% pós graduação incompleta. Já em relação à faixa etária dos participantes, 29% estavam entre 51-60 anos e 23% eram idosos, levantamento que indica que a juventude não foi predominância dentre os cursistas. Ainda quanto à faixa etária, 38% dos participantes tinham entre 21 e 40 anos de idade e 10% entre 41 e 50 anos.

Ao final do ciclo de encontros, solicitamos aos cursistas uma devolutiva sobre o CFAS a partir de diversos aspectos, tanto relativos à infraestrutura e operacionalização, quanto às temáticas, conteúdos, metodologias e facilitadores. Em síntese, o curso foi

avaliado de forma bastante positiva em todos os seus aspectos. O fato de contarmos com alimentação durante os encontros e transporte para os locais das atividades foi apontado como essenciais. Os cursistas enfatizaram os aprendizados proporcionados, a partir de contatos com conhecimentos e realidades antes desconhecidas ou pouco conhecidas. Os contatos e trocas com outros ativistas e movimentos também foram mencionados como pontos positivos. A maioria declarou que pretende “aplicar os conhecimentos em sua própria atuação política ou em sua comunidade”, o que reitera o alcance de um dos objetivos do Programa de Formação. Além disso, o curso foi vivenciado como oportunidade para atualização sobre as pautas latentes na RMBH pelos cursistas.

Na próxima seção trazemos situações de encontros do CFAS nas quais as narrativas de participantes sobre suas trajetórias têm nos conduzido a reflexões sobre a interseção entre as lutas por moradia digna e outros direitos e as noções de identidade, pertencimento e memória.

### **Cursistas-ativistas do CFAS: discursos e narrativas em análises**

No segundo encontro do CFAS 2023, dedicado ao debate sobre experiências de luta pela reforma urbana e política habitacional na RMBH, as atividades incluíram visitas às ocupações Carolina Maria de Jesus e Maria do Arraial, localizadas no Centro de Belo Horizonte. A primeira, que carrega o nome da autora do emblemático *Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*, teve início em 2017, quando famílias se juntaram ao MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) para ocupar um prédio vazio na Av. Afonso Pena, uma das principais e mais movimentadas da cidade. Desde o início, e com forte presença de mulheres, a Ocupação contou com o apoio de lideranças políticas, de membros da academia e de artistas que deram visibilidade à luta. Contudo, foi também alvo de ameaças de reintegração de posse, o que demandou busca por acordos com os governos estadual e municipal, a fim de garantir a regularização da moradia das famílias. Em julho de 2018, como consequência das negociações, foi realizada uma mudança para o prédio de um antigo hotel, abandonado há muito tempo. Com 17 andares, o edifício fica na Rua Rio de Janeiro, na área central da cidade, e sedia a ocupação Maria Carolina de Jesus (Indisciplinar, s.d.).

A ocupação Maria do Arraial, por sua vez, é mais recente. Criada em julho de 2023, ela completava poucas semanas de existência na ocasião da nossa visita. Situada em prédio pertencente ao SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) que

estava fechado desde 2021, a ocupação é resultado da ação do MLB e de cerca de 200 famílias, que se tornaram moradoras da edificação que fica na Rua da Bahia, também área central de Belo Horizonte. O nome, segundo o MLB, homenageia uma figura popularmente conhecida em Belo Horizonte como Maria Papuda, sobre a qual trataremos mais adiante.

Durante as atividades do CFAS nas ocupações Carolina Maria de Jesus e Maria do Arraial, moradoras-ativistas ficaram incumbidas de apresentar os locais e sua organização aos cursistas, bem como de compartilhar um pouco sobre como se tornaram parte delas. Márcia<sup>6</sup>, que além de residente é uma das coordenadoras da Carolina Maria de Jesus, expôs o porquê do nome da ocupação:

“na verdade, a gente tem a intenção de homenagear aqui todas as mulheres que foram massacradas na vida, tal como Carolina Maria de Jesus e tantas outras companheiras. Pessoas que não estão presentes fisicamente, necessariamente, mas nas nossas memórias. Nos enxergamos aqui, eu e várias companheiras, como uma Carolina Maria de Jesus, como mulher, guerreira, pobre, preta, mãe solo, analfabeta. Aqui nos identificamos assim e isso nos dá o nome. [...] Eu tive voz a partir do momento em que eu entrei para a ocupação porque me identifiquei com as mulheres que aqui estão, na luta pelo respeito e pelo meu lugar de luta enquanto mulher, preta e pobre. Eu sou essa pessoa que sou hoje por conta desse processo, que incluiu a ocupação e as atividades daqui, de trabalho coletivo. [...] Vejo o lugar de libertação que a mulher conquista quando entende o lugar dela.”

Na apresentação da ocupação que integra, a moradora-ativista aciona, individual e coletivamente, uma identidade social inspirada nos conhecimentos sobre Carolina Maria de Jesus e pautada na interseção de traços classificatórios – de sexo, gênero, raça, posição social, família etc. – para a representação de si mesma e de outras moradoras, em um dado momento no tempo. A identidade se expressa a partir do reconhecimento social das diferenças, que tem potencial de tornar o grupo socialmente visível, transmitindo uma representação homogeneizada deste. Construir uma identidade coletiva, significativa para a organização do grupo e suas reivindicações, implica em um processo de 'reapresentação', no sentido de construção de uma imagem a ser lançada para o exterior e de uma ação de caráter político perante a sociedade mais ampla e suas instituições, o que resulta encobrir diferenciações internas e variações individuais (Bourdieu, 1980; Brandão, 1986). Na identidade coletiva das *Carolinas Marias*, diferenças de gênero se articulam de forma indissociável a outras formas de opressão da sociedade capitalista que estruturam desigualdades urbanas, engendrando uma luta por direito à cidade marcada por segregações de classe, raça e gênero.

---

<sup>6</sup> Os nomes citados neste artigo são fictícios para fins de preservação do anonimato dos interlocutores.

Além disso, notamos como a moradora expressa senso de pertencimento e consciência grupal (Viana, 2020; 2019), fazendo referência a sua entrada e seu processo de inserção no movimento de ocupação. Ainda durante sua fala, interpelada por perguntas e comentários dos que estavam ali presentes, Márcia explicou que no MLB, em geral, e na Carolina Maria, especificamente,

“quem está no papel de liderança são principalmente mulheres. Somos coordenadoras e queremos representar o coletivo, trabalhar em coletivo e de preferência com diálogo. Há um regimento que as pessoas seguem, que impede agressões de qualquer natureza e que preza pelo respeito. Nossa autogestão não permite polícia, mas a resolução de conflitos e discordâncias a partir da conversa e da conscientização. As famílias aqui tem conhecimento das regras do regimento. Não aceitamos violência de qualquer tipo contra as mulheres, fora ou dentro de casa. E temos um trabalho de formação contínua sobre o machismo. Companheiros e companheiras passam por isso.”

Esse protagonismo de mulheres e das questões de gênero é uma marca de movimentos sociais, incluindo especialmente os que reivindicam a moradia digna e o direito à cidade (Gohn, 2019; Helene, 2019). Na fala de Márcia, evidencia-se que a ocupação aparece como espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora, um local de construção de laços de solidariedade e autogestão, e também de formação intelectual e política. Para além das reivindicações perante o Estado e o espaço público, também entram em cena as relações pessoais dessas mulheres, lutando contra as desigualdades sexuais e a violência na esfera privada. A importância dada à formação contínua demonstra que, em conformidade com as observações de Helene (2019, p. 964-965) sobre histórias de vida de mulheres em lutas por habitação,

“a carência de moradia é um núcleo aglutinador para, nas outras atividades cotidianas, resultar numa indagação sobre sua condição dentro do sistema capitalista. No caso das mulheres, esse empoderamento político abarca condições específicas. A conquista do espaço público/político a partir de sua participação em um movimento reivindicatório de direitos transforma substancialmente a autonomia dessas mulheres, já que esse foi um espaço historicamente expropriado ao gênero feminino.”

Ainda em seu discurso de apresentação, Márcia pontuou a importância da localização central da ocupação Carolina Maria na capital mineira. Historicamente, o Centro da planejada Belo Horizonte dispõe de variada infraestrutura e de serviços privados e públicos. Segundo Márcia, o fato de estar no centro da cidade fortalece uma luta que vai além da habitação

“porque a gente tem acesso a várias coisas aqui e para a família que é mãe solo isso é um privilégio. A gente mora no centro e muitas vezes somos vistos como um bando de vagabundos que veio ocupar, mas na verdade somos pessoas que querem qualidade de vida como qualquer um quer. Acesso à educação, saúde, transporte e tantos outros serviços que a localização central

possibilita para quem vive aqui. A gente vem morar no centro porque fazemos parte disso.”

Ocupando um edifício na área central da capital, essas pessoas minimizam o tempo de deslocamento até as oportunidades da cidade, fator que impera na condição periférica, segundo Tiaraju D'Andrea (2020). Entretanto, apesar de próximas à paisagem de poder, a ocupação no centro ainda é periferia porque permanece às margens de formas institucionalizadas de posse de propriedade e de terra, bem como de direitos sociais básicos. Por outro lado, viver no centro da cidade permite que as pessoas usufruam, ainda que em condições desiguais, de alguns dos ganhos de localização da região, como acesso à e mais oportunidades de educação, trabalho e lazer.

Mais recente que a ocupação Carolina Maria, a ocupação Maria do Arraial optou por este nome, em detrimento de Maria Papuda, como é popularmente conhecida a senhora negra ali homenageada e de nome real incógnito. Sabe-se, no entanto, que na ocasião da construção da então capital mineira, no final do século XIX, ela foi despejada e teve sua residência demolida em prol das obras na região onde atualmente está o Palácio do Governo. Ela representa, para o MLB, uma mulher que resistiu aos primeiros despejos que compõem o histórico violento de uma Belo Horizonte projetada com caráter higienista.

Segundo as moradoras da ocupação Maria do Arraial, o nome representa “a retomada da luta de pessoas que já se foram, dos nossos antepassados, que também lutaram por casa aqui em Belo Horizonte.”<sup>7</sup>. Na sequência, um dos organizadores do MLB explicou que:

“Maria do Arraial é, na verdade, a Maria Papuda. E a gente decidiu, junto ao trabalho que tem sido feito por pesquisadores que se dedicam à história da cidade, não chamar de Maria Papuda, que é um nome pejorativo, que fala mais sobre a doença do que sobre a pessoa em si. Resolvemos colocar o nome de Maria do Arraial para fazer referência ao Arraial Curral Del Rei, que aqui havia antes de Belo Horizonte chegar, ser construída. A cidade foi projetada e construída em cima do que era o Arraial, onde viviam famílias pobres e pretas, que moravam nesta região em que estamos.”

Na organização complexa dos movimentos sociais, a memória atua no resgate de lutas, conquistas e experiências de grupos sociais. A escolha de qual memória é resgatada implica nas divisões e tendências de um movimento, uma vez que cada resgate é uma opção e uma oposição a determinada tendência. A luta pela memória pode se apresentar por meio da rememoração como resgate, extraindo da memória social

---

<sup>7</sup> Moradora da ocupação Maria do Arraial.

aquilo que é verdadeiro, ou como recuperação, a partir da posse de uma memória que foi perdida. Há ainda, a apropriação, intencional ou não, que reconfigura uma parte da história com base nos interesses e objetivos de quem se apropria. Para os movimentos sociais, a memória pode, de igual modo, ser conservada ou perdida com o tempo. Como forma de apreensão, ela pode ser a exteriorização da memória individual que gera uma memória social, ou, o indivíduo que interioriza a memória social do grupo, gerando assim uma constante luta interna pela memória (Viana, 2020).

Nos casos aqui tratados, a trajetória de políticas urbanas segregacionistas, desde a construção da cidade de Belo Horizonte, e as vidas de Carolina Maria e de Maria do Arraial resgatam lutas, conquistas e experiências que corroboram as pautas do MLB e das ocupações que organiza. Maria do Arraial, sem teto e expulsa da região nobre da cidade, nomeia uma ocupação no ainda nobre – material e simbolicamente – centro da cidade. A opção por Arraial, em detrimento de Papuda, nos indica a perspectiva: o lugar de origem e de direito da moradora expulsa, em detrimento do estigma do bócio que a acometeu. Movimento semelhante temos na ocupação nomeada após Carolina Maria de Jesus, mulher, preta, pobre e mãe solo, cujos atributos identitários são mobilizados pelas moradoras-ativistas da ocupação homônima. Observamos, portanto, que

[...] há, no interior dos movimentos sociais, uma luta em torno da memória e [...] cada recordação ou cada esquecimento, é uma seleção que tem um significado político. Esse significado político, por sua vez, se insere no conjunto da sociedade, estando envolvido nas lutas de classes, concepções políticas e ideológicas, entre outros processos que permitem sua explicação. (Viana, 2019, p. 84-85)

Nomes e memórias também vieram à tona no encontro do CFAS intitulado “Transição ecológica, risco socioambiental e gestão do lixo urbano”, que foi sediado na sede da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa, também conhecida como Núcleo CEPROVM, localizada no bairro Vila Mariquinhas, região norte de Belo Horizonte. Ratificando a pertinência e a urgência de discutir o tema programado, a realização deste encontro se deu justamente na época em que a cidade vivenciou uma das ondas de calor mais fortes de 2023, com estações meteorológicas registrando os maiores valores de temperatura máxima de suas curtas séries históricas (INMET, 2023).

Um dos facilitadores desse encontro do CFAS foi o cursista-ativista Paulo<sup>8</sup>, liderança comunitária do Morro do Papagaio, comunidade localizada na região centro-sul de Belo Horizonte. Durante sua exposição, Paulo compartilhou sua experiência na

---

<sup>8</sup> Nome fictício.

coordenação de projetos socioambientais na comunidade cujo principal objetivo é educar as crianças do Morro a respeito da gestão de resíduos sólidos. Ao relatar as atividades que tem realizado, ele comentou como o nome Morro do Papagaio remonta à época em que o terreno onde atualmente está a comunidade era uma fazenda, um reduto de maritacas e outras espécies de pássaros. Esse histórico é, segundo Paulo, uma história contada com intuito de mobilizar as crianças e os demais interessados em preservação ambiental.<sup>9</sup>

Ao falar sobre o projeto, ele expôs problemas em curso na comunidade quanto aos serviços urbanos de saneamento e gestão de resíduos sólidos e às políticas de preservação ambiental. O Morro do Papagaio está situado na regional Centro-Sul, entre bairros de média e alta renda da capital mineira (Andrade *et al*, 2015), como Sion, Santo Antônio, Santa Lúcia e São Bento. Adjacente a locais nos quais os valores do metro quadrado figuram entre os mais elevados da cidade, a região é objeto de disputa entre agentes públicos, sociais e privados, mas sobretudo terreno de interesse do mercado imobiliário.

Paulo alertou sobre a necessidade de conscientizar as crianças e adolescentes de sua comunidade sobre as problemáticas ambientais e explicou as estratégias adotadas no projeto que idealizou. Em adição, disse que o debate sobre as hierarquias e desigualdades sociais deve pautar a educação ambiental, o que o levou a compartilhar alguns relatos. As áreas verdes que ainda restam no Morro são disputadas por um mercado imobiliário que não está preocupado com a preservação e que, devido aos seus interesses, pressiona um poder público permissivo, cuja tendência é ceder quando está em jogo o território de uma favela. A comunidade tem lutado para manter preservadas áreas verdes remanescentes nas franjas do território.

O ativista ainda denunciou a “seletividade da coleta de lixo” na região – criticando a ausência de coleta em geral, quiçá da modalidade seletiva. Ele contou que os resíduos dos domicílios e estabelecimentos dos bairros de classe média e média alta, limítrofes à favela, são coletados diariamente, enquanto o acúmulo de sacos de lixo se dá nas áreas da comunidade, muitas vezes em lados opostos de uma mesma rua. Isso levou moradores a depositar lixo domiciliar em um dos pontos onde ele é recolhido,

---

<sup>9</sup> Há outras versões sobre a origem do nome Morro do Papagaio. Em uma delas, baseada em relatos de moradores antigos, a denominação deriva do fato de crianças e adolescentes que subiam até o topo do morro para soltar pipas, também conhecidas como “papagaios”. Embora o Morro do Papagaio seja uma das cinco favelas de um conjunto – o Aglomerado Santa Lúcia, essa expressão é usualmente utilizada para se referir ao aglomerado das favelas como um todo (Arosteguy, 2018; Oliveira, 2015).

bem ao lado de um supermercado frequentado pelos moradores de média e alta renda da região, o que gerou uma rápida ação da prefeitura para recolher os volumes.

Os depoimentos de Paulo agregam as preocupações da sociedade de risco (Beck, 2011) na qual vivemos e debates que reivindicam por justiça social e ambiental. Por sociedade de risco, entendemos a contemporaneidade de um alto grau e alto número de perigos criados pela sociedade moderna – ligados a questões como poluição ambiental, finitude de recursos naturais e tratamento industrial de alimentos e da agricultura. Eles implicam no surgimento de uma sociedade de risco autoconsciente, que assume a tarefa de atualizar os princípios da modernidade, sobretudo aqueles alinhados com uma sociedade industrial clássica e seu consumismo. A sociedade de risco reconhece que continuar de acordo com os princípios do industrialismo clássico implica correr o risco da autodestruição. Para Beck, surgem na sociedade de risco novas formas de ativismo em paralelo com tentativas da reforma social e política. Observamos a emergência do campo da “subpolítica”, termo pelo qual ele designa as atividades de grupos e agências que operam fora dos mecanismos formais da democracia política – tais como os grupos ecológicos, de direitos dos consumidores ou de direitos humanos, bem como os coletivos e movimentos aqui mencionados.

A exposição aos riscos de que fala Beck (2011), no entanto, se dá de maneira bastante desigual. A noção de justiça ambiental postula a certeza de que a crescente escassez de recursos naturais e a desestabilização dos ecossistemas afetam de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas. O relacionamento entre sociedade e natureza reflete, em maior ou menor grau, assimetrias políticas, sociais, econômicas e de infraestrutura específicas de um determinado momento histórico e de uma dada configuração espacial, tanto no âmbito local e regional, quanto entre países e continentes. As múltiplas formas de degradação ambiental e seus efeitos mais nefastos acontecem, predominantemente, onde vivem as populações de menor renda, negras e indígenas (Acsehrad, 2009). Tanto os impasses para preservação das áreas verdes no Morro do Papagaio quanto a carência do manejo de resíduos sólidos que seus moradores enfrentam demonstram que forças de mercado e práticas discriminatórias das agências governamentais concorrem de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais (Acsehrad, 2002).

Por fim, destacamos aqui, no bojo de reflexões sobre identidade e pertencimento, narrativas coletadas no encontro do CFAS, sediado na comunidade quilombola dos Arturos, em Contagem, na RMBH. O encontro, cujo tema foi

“Regularização fundiária em territórios tradicionais e outras formas de permanência além da propriedade privada”, aconteceu em outubro, mês no qual se celebra a festa de Nossa Senhora do Rosário, Padroeira do Quilombo. No dia, nossa presença no Centro Comunitário dos Arturos, adornado com bandeirolas e outros adereços para a ocasião festiva, foi acompanhada pela saída do congado, que se dirigia ao município de Timóteo para um encontro em torno dessa celebração.

Uma das lideranças dos Arturos ficou responsável por introduzir o Quilombo e falar sobre seu histórico, funcionamento e regimento, bem como sobre o processo de regularização fundiária em curso. Além de quilombola, Pedro<sup>10</sup> é historiador, professor e ativista do movimento negro. Ao contar sinteticamente a história dos Arturos durante o encontro do CFAS, ele relembra que

“ela não começa neste país. Nossos antepassados foram jogados aqui, sequestrados e sequestradas, para construir este país, que não retribui até hoje, já que a maioria dos territórios de quilombolas ainda não foram regularizados. Nossa história não começa aqui, apesar do fundador da nossa comunidade ser daqui. Camilo Silvério, pai de Arthur Camilo, veio para cá escravizado. E ele veio do Congo, que é um grande reino e muito diverso, na África. Silvério chegou no Rio, mas foi vendido para Minas. Especificamente, para a Fazenda do Macuco, aqui perto de Contagem, em Esmeraldas. Arthur Camilo, filho do Silvério, que permaneceu escravo, nasceu durante o Ventre Livre. Ainda assim, livre em tese. Como o pai, teve seu trabalho e sua vida explorados e violentados. Controlado, ainda que com possibilidades, o que o possibilitou fazer economias. Arthur Camilo foi quem fundou os Arturos no começo do século XX. Parte da nossa terra foi comprada, com os fundos que ele conseguiu juntar, mesmo com a Lei de Terras de 1850. Ele teve dez filhos, conjunto das famílias que formam os Arturos. Somos setecentos e poucos, cerca de 200 famílias no geral, e cento e vinte, por aí, moram nesta terra aqui, onde vocês estão.”

Além desse histórico, Pedro falou sobre o reconhecimento e a proteção do Quilombo como patrimônio histórico e cultural do estado de Minas Gerais e do município de Contagem. Patrimônio, segundo ele, “por tudo que temos aqui, que nos simboliza e nos identifica: o reinado, a folia de reis, a festa do João do Mato, o candombe, nossa comida, as famílias. Além do conjunto de todas as tradições e modos de vida que temos aqui, neste lugar.” Ao tratar das terras tradicionalmente ocupadas pelos Arturos, ele ressaltou que se trata, para a comunidade, de um

“território que é sagrado, já que sem a terra não teríamos tudo que temos aqui. [...] E por que este território aqui? Estamos aqui como descendentes unidos, como família, pelo comando daqueles que nos fundaram. Por isso vivemos aqui, comando do nosso ancestral. É assim que nossa comunidade se firma e se autoafirma.”

---

<sup>10</sup> Nome fictício.

A narrativa de Pedro nos comunica, no que tange a identidade quilombola, interseções entre diáspora africana, consanguinidade, ancestralidade, territorialidade e luta pela terra. De acordo com Souza (2008), a identidade quilombola está estritamente ligada a um pertencimento cujos princípios transcendem a consanguinidade e o parentesco, vinculando-se aos valores, costumes e lutas comuns, além das experiências compartilhadas de discriminação e exploração. Essa perspectiva de identidade quilombola compreende-a como processo de auto-identificação dinâmico e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos. Ao conceber as comunidades quilombolas como povo, como uma comunidade, considera que a afiliação é tanto uma questão de origem comum – o pertencimento à família dos ancestrais Arturos, no caso aqui exposto – quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados e continuidade no tempo. No Quilombo dos Arturos, o moroso e burocrático processo de regularização fundiária, iniciado na década de 2000, é apontado como principal e mais urgente desafio enfrentado pela comunidade.

Os Arturos reivindicam a regularização fundiária de cerca de 14 hectares junto ao INCRA, bem como políticas públicas de qualidade, que atendam a comunidade em suas demandas. No conjunto de tensões na delimitação do território dos Arturos estão questões ligadas à expansão da área urbanizada do município de Contagem, à construção do Rodoanel de BH a 1km de distância dos limites do Quilombo, às atividades industriais e institucionais e ao parcelamento de terras para criação de novos bairros. Segundo Pedro, os impactos da especulação imobiliária na região já são sentidos há muito tempo e cabe ao estado, Prefeitura e União, atuar já que argumentar “o fato de sermos patrimônio, na tentativa de conter impactos negativos sobre nossas terras, não basta. O capital é mais forte do que o patrimônio.”

Nas comunidades quilombolas, identidade e território são indissociáveis. O espaço territorial é passado pelas várias gerações sem adoção de procedimentos formais de partilha e sem que haja posse individualizada. Muitas vezes, os recursos naturais são de uso coletivo, sendo as roças e roçados de uso restrito à família nuclear. Essa coexistência de plano individual e coletivo complexifica a análise dos territórios quilombolas. Nestas comunidades, a propriedade combina o privado e o comum e é perpassada por fatores étnicos, de parentesco, de sucessão, por elementos históricos, identitários peculiares e de critérios político-organizativos e econômicos, consoante às práticas e representações próprias (Almeida, 2002; Souza, 2008).

Nas comunidades quilombolas, segundo Souza (2008), a terra é crucial para a continuidade do grupo, condição de fixação, mas não exclusiva para sua existência. O território não se restringe à dimensão geográfica, mas abarca também outros elementos, culturais, históricos e sociais, o que fica evidente quando Pedro se remete aos parentes longínquos e suas trajetórias de vida, ao patrimônio material e imaterial do lugar. No caso dos Arturos, para além de atividades de produção e reprodução da vida, o território é lugar de manifestação religiosa daquele povo. Bosques e matas do Quilombo são locais de realização de ritos, essenciais para manutenção da religiosidade ali praticada.

Em síntese, a partir do caso dos Arturos relatado para o encontro do CFAS, observamos que a comunidade quilombola é forma alternativa de organização social, etnicamente constituída, com dimensões histórica, social e culturalmente distintas (Souza, 2008; Almeida, 2002). Tais elementos têm vínculos profundos com a luta pela moradia e pelo reconhecimento.

### **Considerações finais**

Neste *paper* analisamos narrativas de ativistas coletadas durante a realização do Curso de Formação de Ativistas Sociais (CFAS) na RMBH a partir das noções de identidade, memória e pertencimento. Destacamos como as práticas sociais e culturais desses sujeitos e dos movimentos que integram são importantes meios de interpretação e valorização, tanto por si mesmos quanto pelos outros (Penna, 1989).

Observamos, a partir das visitas às ocupações Carolina Maria de Jesus e Maria do Arraial, a articulação da identidade social dos movimentos a referências simbólicas, representadas pelas figuras de Carolina Maria de Jesus e Maria do Arraial. Cursistas-ativistas lançam mão de uma classificação que traz o resgate da memória coletiva oficial e não oficial como recurso de luta e engajamento, ao mesmo tempo em que apontam para processos sociais e políticos, como as desigualdades de gênero e raça, que se refletem também nas disputas urbanas atuais pela moradia. Em ambos os casos, o senso de pertencimento surge da identificação com uma determinada situação social comum aos indivíduos do movimento de ocupação e sua forma de mobilização face a ela.

Do encontro que discutiu transição ecológica, risco socioambiental e gestão do lixo urbano, destacamos as relações entre os indivíduos, a memória e o meio ambiente natural. O resgate de um histórico do Morro do Papagaio é realizado para introduzir a abordagem de questões ambientais, buscando a conscientização da comunidade sobre o

tema e motivando reivindicações por justiça social e ambiental. Por fim, analisamos narrativas de uma comunidade quilombola. Elas apontam para a construção de uma identidade pautada, dentre outros elementos, pela associação entre ancestralidade, consanguinidade, bens materiais e imateriais, territorialidade e luta coletiva.

As narrativas aqui analisadas foram coletadas durante as atividades dos encontros do CFAS. Cursistas-ativistas compartilharam espontaneamente suas vivências e pontos de vista ou o fizeram quando integraram a grade de programação como palestrantes. Nestes casos, previamente preparados para abordar determinado tema. Conforme destacamos, o CFAS tem como mote principal as demandas trazidas nas lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade em territórios populares e tem constituído, a partir da realização de suas edições, redes de conexão entre ativistas e agentes – cursistas, lideranças, moradores dos locais que recebem atividades, etc. – de diferentes áreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A expectativa é que este projeto possa ter uma vida perene, amplificando e fortalecendo as lutas dos territórios periféricos.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C.A. e BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 160 p.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. 196 p.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (ed.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 474 p.
- AROSTEGUY, Agustin. **Território e experiências culturais: apropriações do lazer em dois Pontos de Cultura de Belo Horizonte/MG**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BECK, Ulrich. **Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011. p.384.

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980.

BRANDÃO, Carlos R. **Identidade e Etnia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. In: **Dossiê subjetividades periféricas**. CEBRAP, São Paulo, p. 19-36, jan./abril, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. In: **Caderno CRH**. Salvador, UFBA, v. 32, n. 85, p.63-81, jan./abril, 2019.

HELENE, Diana. Editorial. **Revista Coletiva – Dossiê Direito à Cidade**. Fundação Joaquim Nabuco, v. 24, p. 1, 2019.

INDISCIPLINAR. **Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte, s.d. Disponível em: <http://territoriospopulares.indisciplinar.com/carolina/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

INMET. **Balanco de setembro de 2023 em Belo Horizonte (MG)**. Belo Horizonte: Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, out. 2023. (Nota Técnica). Disponível em: [https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/Balan%C3%A7o-BH\\_setembro2023\\_rvsvd.pdf](https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/Balan%C3%A7o-BH_setembro2023_rvsvd.pdf). Acesso em: 4 jul. 2024.

KOURY, Leonardo. **Nasce a ocupação Maria do Arraial no centro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Jornalistas Livres, 2023. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/nasce-a-ocupacao-maria-do-arraial-no-centro-de-belo-horizonte/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MENDONÇA, Jupira; ANDRADE, Luciana T.; FERRARI, Junia; CANETTI, Thiago. **Reforma Urbana e Direito à Cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 346 p.

OLIVEIRA, Virgínia de S. A. **Um estudo de caso do letramento literário em famílias de camadas populares**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PENNA, Maura. Identidade e movimentos sociais: homogeneidade ou aliança?. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, [S. l.], v. 7, 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6344>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009. 320 p.

VELOSO, Clarissa; CANETTIERI, Thiago; ANDRADE, Bárbara. As transformações nas pautas da Reforma Urbana e do Direito à Cidade: vozes e práticas sociais de movimentos e territórios populares na RMBH. In: **Encontro da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023**, Campinas. 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023.

VIANA, Nildo. Memória e movimentos sociais. In: **Revista Movimentos Sociais**, Goiânia: UFG, v. 4, n. 06, p. 78-113, jan./jun. 2019.

VIANA, Nildo. Movimentos sociais e senso de pertencimento. In: **Anais XI Seminário Nacional Sociologia & Política**. Anais. Curitiba, UFPR, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/11snsp/235542-MOVIMENTOS-SOCIAIS-E-SENSE-DE-PERTENCIMENTO>. Acesso em: 4 jul. 2024.